



ALAP 2020

IX Congreso de la Asociación
Latinoamericana de Población



9 a 11 diciembre

EL ROL DE LOS ESTUDIOS DE POBLACIÓN TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19 Y
EL DESAFÍO DE LA IGUALDAD EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Nathália Barbosa Souza e Silva¹ – CEDEPLAR/UFMG – nathaliab.18@gmail.com

Bernardo Lanza Queiroz – CEDEPLAR/UFMG – blanza@gmail.com

EFEITOS DEMOGRÁFICOS E EDUCACIONAIS NO DESEMPREGO JOVEM DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL

¹ Os autores agradecem a agência brasileira de fomento, Conselho Nacional de Pesquisa e Tecnologia (CNPq), pelo suporte dado na produção deste artigo.

1) INTRODUÇÃO

O desemprego é, por si só, um tema muito caro aos estudos em ciências sociais. Muito dessa atenção é devida às consequências atribuídas a esse fenômeno, que variam desde custos econômicos até instabilidade política e social. Em uma análise de subgrupos populacionais, o desemprego jovem é, por sua vez, interpretado como um dos principais problemas a serem enfrentados pela juventude. Isso porque os níveis de desemprego para esse grupo se postulam como os mais altos e mais sensíveis a períodos de recessão, além de se apresentarem como contra-cíclicos, ou seja, persistentes mesmo em períodos de crescimento econômico.

Para o Brasil, Garcia et al (2012) apontam a faixa etária entre 18 e 24 anos como aquela correspondente ao maior nível de desemprego observado, com percentual de desempregados chegando aos 30,57% - também duas vezes maior que o desemprego adulto. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE mostram que, para o ano de 2019, 41,8% da população entre 18 e 24 anos estava em situação de desemprego.

Dentre as discussões do tema, a literatura tem identificado três grandes determinantes ao desemprego jovem, sendo eles: a demanda agregada, os salários relativos - relacionados ao potencial de habilidade e sinalização no mercado de trabalho via escolaridade - e o tamanho da população jovem na força de trabalho (O'Higgins, 2001).

Para o Brasil esses fatores de determinação já foram discutidos na literatura sobre desemprego. Muniz (2002) apontou que a onda jovem no país na década de 1990, onde se verificou aumento do tamanho das coortes jovens, foi responsável pela maior sensibilidade do desemprego para esse grupo populacional pertencente às regiões metropolitanas.

Já Menezes-Filho (2001), analisando os grupos educacionais brasileiros de 1977 a 1997, mostrou que o grupo educacional que mais cresceu no período foi o de pessoas com 5 a 11 anos de estudo. Porém, esse grupo foi o que mais enfrentou problemas no mercado de trabalho, ao passo que foi observada uma elevação na probabilidade de estar desempregado nesse mesmo período.

No que diz respeito às variações de demanda agregada e sua relação potencial com o desemprego, Lima (2006) mostrou que, a partir dos anos 90, com o processo de redução do emprego nas grandes empresas em função de processos de terceirização e do agravamento do quadro de precariedade no país, as taxas de desemprego aumentaram significativamente.

Para os países desenvolvidos observa-se, na literatura, uma significativa expressividade dos estudos sobre desemprego jovem e seus determinantes. Porém, as evidências parecem limitadas para os países em desenvolvimento ao passo que, em grande parte dos trabalhos, os determinantes são discutidos individualmente. Além disso, outros dois fatores corroboram para as contribuições no tema. O primeiro fator pode ser explicado como a recente reversão do fenômeno do *baby boom* e a observação do *baby bust*, isto é, verificação de coortes cada vez menores, e seus possíveis impactos nos indicadores de mercado de trabalho. E o segundo fator, apontado por Lam (2014), compreende as características de intensidade e particularidade das transições etárias e educacionais observadas nos países em desenvolvimento, principalmente no tocante à influência do fenômeno conhecido como *boom*² da educação e das desigualdades regionais.

2) OBJETIVO

O principal objetivo deste trabalho visa analisar a trajetória do desemprego jovem no Brasil tendo como norte as mudanças observadas nos três fatores propostos por O'Higgins (2001) como determinantes do desemprego.

Em especial, para o Brasil, o estudo se coloca como fundamental tanto no preenchimento da lacuna da observação e discernimento desse fenômeno para o país, quanto na compreensão das seguintes indagações: como uma redução das coortes de jovens entrantes no mercado de trabalho corrobora com os indicadores de desemprego juvenil? Qual é o papel do aumento da escolarização dos jovens nos níveis de desemprego observados? Existem diferenciais educacionais na determinação do desemprego jovem ao passo de um grupo penalizado e o outro beneficiado? Seriam os fatores conjunturais e estruturais da economia os principais responsáveis pela manutenção das altas proporções de jovens desempregados?

² Países com níveis tradicionalmente baixos de educação passaram a ter crescimento absoluto e relativo do número de pessoas altamente escolarizadas, o que a literatura chama de “Boom da Educação” (Amaral et al 2007 e Lam, 2014)

Para responder às indagações propostas por este trabalho são algumas hipóteses foram delineadas tendo como base os estudos sobre desemprego observados na literatura internacional e nacional e da possível influência dos ciclos econômicos nesse fenômeno. As duas primeiras hipóteses serão chamadas, neste trabalho, de hipóteses teóricas e se relacionam com o potencial das transições etárias e educacionais observadas no país na determinação e influências nos níveis de desemprego observados, são elas: (i) Ao vivenciar o fenômeno conhecido como *baby bust* e a redução da participação relativa dos jovens na população uma melhora nos indicadores de desemprego é esperada. (ii) Admite-se, um comportamento diferenciado por grupos educacionais devido a alteração da competição destes, tendo em vista o aumento dos mais escolarizados na população jovem - *boom* da educação. A terceira hipótese se configura como uma hipótese alternativa onde (iii) espera-se e que os efeitos observados segundo as hipóteses teóricas sejam absorvidos ou mitigados pelo comportamento dos ciclos econômicos.

3) ANTECEDENTES

3.1) DESEMPREGO JOVEM E TAMANHO DAS COORTES

O tamanho e a composição das coortes de entrada no mercado de trabalho se tornaram expressivo objeto de estudo a partir do fenômeno conhecido como *baby boom*. Durante o processo de transição demográfica e a mudança na interação entre os níveis de fecundidade e mortalidade, houve uma significativa alteração da estrutura etária das populações modernas.

A literatura que aponta a influência do *baby boom* no mercado de trabalho ficou conhecida, sobretudo, nos Estados Unidos. Um amplo debate sobre a influência e consequências de coortes mais largas de entrantes no mercado de trabalho argumenta que o tamanho relativo das coortes deprecia os salários relativos e promove o desemprego.

Atentando aos efeitos deletérios do alargamento das coortes no mercado de trabalho, a hipótese clássica da literatura do *baby boom* norte-americano é a hipótese formulada por Easterlin (1980). O autor alega que grandes coortes auferem baixos salários no mercado de trabalho levando-as a diminuírem seus níveis de fecundidade o que, por consequência, produziria uma coorte de tamanho menor do que a anterior, levando o mercado de trabalho a um situação de bons retornos. O movimento evidenciado por Easterlin (1980) - coortes largas auferem menores salários - tem respaldo teórico na Teoria Econômica Neoclássica que considera tanto o tamanho

absoluto quanto relativo e as positivas taxas de crescimento da população jovem como potencial depreciador de salários e de oportunidades de emprego. Esse argumento foi o responsável por grande parte da literatura produzida nesse contexto de *baby boom*.

Essa mesma discussão chegou na literatura Sul Americana alguns anos depois. O atraso é justificado pelos diferentes estágios da transição demográfica que separam os países desenvolvidos daqueles em desenvolvimento. Diante dos resultados controversos, Lam (2014) argumenta que, embora possam parecer óbvio que uma proporção maior de jovens em idade ativa levaria a uma maior taxa de desemprego, as evidências dessa relação ainda permanecem limitadas para países em desenvolvimento.

Um trabalho importante na temática feito para o Brasil é o trabalho de Muniz (2001). Nele o autor analisou o efeito das discontinuidades demográficas no mercado de trabalho jovem, em específico para taxas de desemprego, para as regiões metropolitanas do país através da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). O autor encontra efeitos diferenciados segundo as regiões estudadas, em algumas a relação entre o aumento das coortes de entrada no mercado de trabalho e o desemprego é mais clara do que em outras regiões.

Bercovich e Massé (2004) identificaram um movimento de incremento negativo no tamanho das coortes a partir dos anos 1990. Segundo Lam (2014) na década de 2000 os países em desenvolvimento já experimentaram coortes de nascimento historicamente menores. Sendo as grandes coortes, ou seja, as coortes do *baby boom* dos países em desenvolvimento, pertencentes à década de 1980. Bercovich e Massé (2004) apontam que passada a forte pressão demográfica no Brasil, as coortes jovens diminuídas permitem elaborar hipóteses positivas sobre o comportamento do mercado de trabalho no país.

3.2) DESEMPREGO JOVEM E NÍVEIS EDUCACIONAIS

A discussão do impacto do nível educacional no aumento do emprego e na redução da probabilidade do desemprego é amplamente difundida e aceita na literatura. Mincer (1991) indicou que o maior benefício da educação é reduzir o risco de desemprego e aumentar os retornos no mercado de trabalho, além de proporcionar uma menor frequência de rotatividade e períodos de duração de desemprego menores.

Devido aos bons retornos associados ao aumento da escolaridade³, Shavit e Müller (1998) ressaltam que existe um incentivo para que os jovens se dediquem a passarem mais tempo nas escolas no processo de qualificação com a finalidade de melhorarem sua posição no mercado de trabalho. Porém, esse incentivo traz consigo duas externalidades para o mercado, sendo a primeira um excesso de oferta de mão de obra com mesmo nível de qualificação e a segunda consequente desvalorização de estágios de qualificação antes escassos, deteriorando as oportunidades de emprego desse grupo.

Boockmann e Steiner (2006) alegam que diferentes níveis educacionais geram uma escassez ou um excesso relativo de trabalhadores com uma mesma escolaridade o que é traduzido em diferentes resultados no mercado de trabalho, dentre eles resultados no salário, como apontado por Welch (1979), ou no emprego.

Biagi e Lucifora (2005) apontaram que, no contexto pós *baby boom*, analisar a relação entre tamanho das coortes e escolaridade é essencial. Isto porque países com níveis tradicionalmente baixos de educação passaram a ter crescimento absoluto e relativo do número de pessoas altamente escolarizadas, o que a literatura chama de “*Boom da Educação*”.

Para a América Latina, Marteleto et al (2012) mostram que entre 1990 e 2000 a região experimentou uma expansão sem precedentes de sistemas educacionais, com Brasil e México alcançando universalização de matrículas em ensino primário e, consistentemente, altos níveis de matrícula no ensino secundário. Letelier (1999) alega que a expansão educacional observada em toda América Latina gerou processos de subutilização de mão-de-obra qualificada com a consequente frustração das aspirações que a população depositava na elevação dos níveis educacionais para conquistar melhor colocação no mercado de trabalho, o que se assemelha com os resultados encontrados para os Estados Unidos e alguns trabalhos da Europa.

Menezes-Filho (2001) mostra que, para o Brasil de 1977 a 1997, o grupo de escolaridade que mais cresceu em termos relativos foi o grupo de pessoas com 5 a 11 anos de estudo. Analisando o desempenho dos grupos educacionais no mercado de trabalho, o autor chega a conclusão que

³ Schultz (1973) alega que as capacidades adquiridas pelos indivíduos podem ser interpretadas como fontes de ganhos de produtividade marginal. Logo, a qualificação guia para maiores rendimentos e maior probabilidade de se conseguir um trabalho.

o grupo de 5 a 11 anos de estudo foi, também, o que mais enfrentou problemas no mercado de trabalho, ao passo que se elevou a probabilidade de estar desempregado no período.

4) DADOS E MÉTODOS

4.1) BASE DE DADOS

Visando atender aos objetivos delineados neste trabalho, viu-se a necessidade de adoção de uma base de dados com significativa extensão temporal e que contasse com informações regionalizadas sobre composição etária e educacional das populações a serem estudadas. Dessa forma, atentou-se que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) seria a mais adequada para tal finalidade.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é uma pesquisa amostral complexa, com foco no domicílio, comumente utilizada para análises que envolvem comparação, estimação e interpretação de taxas, proporções e razões. A pesquisa tem como objetivo a coleta de informações sobre características demográficas, habitacionais e informações relativas à educação, trabalho e rendimentos da população brasileira, além de, em periodicidade variável, incluir outras temáticas de acordo com as necessidades de informação observadas no país.

4.2) MÉTODO DE DECOMPOSIÇÃO

Este trabalho analisa, conjuntamente, a trajetória das regiões metropolitanas do Brasil – Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Curitiba e Porto Alegre - de 2001 à 2015 tendo como principal meio comparativo a proporção de jovens de 15 à 29 anos desempregados. Metodologicamente optou-se pela adoção da metodologia de decomposição proposta por Kitagawa (1955) e modificada por Das Gupta (1994) onde a proporção de jovens desempregados por 3 níveis educacionais – Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior - será decomposta nos três determinantes propostos por O'Higgins (2001).

A diferença temporal entre a proporção de jovens desempregados será decomposta em três fatores aos quais serão chamados de: (i) efeito de diferenças na composição etária da população, (ii) efeito na diferença na composição educacional na população e (iii) efeito nas proporções específicas observadas para cada período. Por efeito de diferenças na composição

etária entende-se que, dentro da população jovem existem diferenças no comportamento do desemprego por grupo quinquenal. Por composição educacional espera-se captar os possíveis efeitos de competição a partir do crescimento ou redução da participação relativa de um determinado grupo educacional em relação à população jovem. E, por fim, por efeito das proporções específicas entende-se toda e qualquer alteração proveniente de ciclos econômicos, diferenciais de estrutura produtiva e intensidade do desemprego jovem nas Regiões Metropolitanas Brasileiras.

Seguindo a lógica padrão para a decomposição em três fatores apresentada por Das Gupta (1994) tem-se que:

$$PJD_g = \Sigma EEt_x \times EEd_{gx} \times PE_{gx} \quad (4.1)$$

Em que,

PJD_{gi} : Proporção de jovens (15 a 29 anos) desempregados de escolaridade correspondente ao grupo g.

$$nEEt_x = \frac{nJ_x}{Jt}$$

Em que,

nJ_x : Número de jovens no grupo etário x a $x+n$.

Jt : Número total de jovens de 15-29 anos.

Ou,

Participação relativa de cada grupo quinquenal (15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos) no grupo de jovens.

$$EEd_{gx} = \frac{nJ_{xg}}{nJ_x}$$

Em que,

nJ_{xg} : Número de jovens no grupo etário x a $x+n$ pertencentes ao grupo de escolaridade g. nJ_x : Número de jovens no grupo etário x a $x+n$.

Ou,

Participação relativa de cada grupo quinquenal com escolaridade correspondente ao grupo g no grupo de jovens de cada grupo quinquenal.

$$PE_{gx} = \frac{nJ_{d_{gx}}}{nJ_{gx}}$$

Em que,

${}_n j d_{gx}$: Número de jovens desempregados pertencentes ao grupo etário x a $x+n$ com escolaridade correspondente ao grupo g .

${}_n j_{gx}$: Número de jovens no grupo etário x a $x+n$ com escolaridade correspondente ao grupo g .

Ou;

Proporção específica de desempregados do grupo educacional g para cada grupo quinquenal.

Decompondo a diferença temporal, do mesmo grupo educacional g , e sendo PJD_g^2 a proporção de jovens desempregados do grupo educacional g no tempo 2 e PJD_g^1 a proporção de jovens desempregados do grupo educacional g no tempo 1, tem-se que:

$$PJD_g^2 - PJD_g^1 = \Sigma ({}_n EEt_x^2 \times {}_n EEd_{gx}^2 \times {}_n PE_{gx}^2) - \Sigma ({}_n EEt_x^1 \times {}_n EEd_{gx}^1 \times {}_n PE_{gx}^1) = \text{efeito } \alpha + \text{efeito } \beta + \text{efeito } \gamma \quad (4.2)$$

Onde;

efeito α : efeito de diferenças na composição etária da população do grupo educacional g .

efeito β : efeito na diferença na composição educacional na população com escolaridade g .

efeito γ : efeito das proporções específicas observadas para cada período.

Matematicamente, ao rearranjar os termos, a participação relativa de cada um dos componentes apresentados acima pode ser descrita como:

$$\text{efeito } \alpha = \left[\underbrace{\frac{({}_n EEd_{gx}^2 \cdot {}_n PE_{gx}^2) + ({}_n EEd_{gx}^1 \cdot {}_n PE_{gx}^2)}{3}}_3 + \frac{({}_n EEd_{gx}^2 \cdot {}_n PE_{gx}^1) + ({}_n EEd_{gx}^1 \cdot {}_n PE_{gx}^2)}{6} \right] \cdot \left(\underbrace{{}_n EEt_x^2 - {}_n EEt_x^1}_{\text{Diferença nas estruturas etárias dos dois tempos.}} \right) \quad (4.3)$$

Ponderada pela estrutura educacional multiplicada pelas proporções específicas dos dois tempos.

$$\text{efeito } \beta = \left[\frac{({}_n EEt_x^2 \cdot {}_n PE_{gx}^2) + ({}_n EEt_x^1 \cdot {}_n PE_{gx}^1)}{3} + \frac{({}_n EEt_x^2 \cdot {}_n PE_{gx}^1) + ({}_n EEt_x^1 \cdot {}_n PE_{gx}^2)}{6} \right] \cdot \left(\underbrace{{}_n EEd_{gx}^2 - {}_n EEd_{gx}^1}_{\text{Diferença nas estruturas educacionais dos dois tempos.}} \right) \quad (4.4)$$

Ponderada pela estrutura etária multiplicada pelas proporções específicas dos dois tempos.

$$efeito \ \gamma = \left[\underbrace{\frac{(nEEt_x^2 \cdot nEEd_{gx}^2) + (nEEt_x^1 \cdot nEEd_{gx}^1)}{3}}_3 + \underbrace{\frac{(nEEt_x^2 \cdot nEEd_{gx}^1) + (nEEt_x^1 \cdot nEEd_{gx}^2)}{6}}_6 \right].$$

(4.5) Ponderada pela estrutura etária multiplicada pela estrutura educacional dos dois tempos.

$(nPE_{gx}^2 - nPE_{gx}^1)$ Diferença nas proporções específicas dos dois tempos.

4.2.1 DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS - DECOMPOSIÇÃO CURTO E LONGO PRAZO

Uma vez que o objetivo é determinar uma diferença temporal a fim de determinar a participação das transições estudadas nos níveis de desemprego observados, neutralizar os efeitos sazonais se tornou um desafio deste trabalho. Para tal, optou-se não por efetuar a decomposição segundo a diferença dos anos, mas sim por agrupar um conjunto de anos e, dessa forma, analisar a alteração da participação dos efeitos em dois períodos: o curto e o longo prazo.

O primeiro conjunto de anos é chamado de grupo de referência. Esse grupo é composto pelos cinco primeiros anos do horizonte temporal que compreende este trabalho, ou seja, de 2001 até 2005. Os demais conjuntos de anos são chamados de curto e longo prazo, sendo o primeiro correspondente do ano 2006 até 2009 e o último de 2011 até 2015. Matematicamente, as diferenças produzidas ao aplicar o método da decomposição serão configuradas da seguinte forma: (i) (2006 a 2006) – (2001 a 2005) para produzir a diferença entre curto prazo e o grupo de referência e (ii) (2011 a 2015) – (2001-2005) para produzir a diferença entre longo prazo e o grupo de referência.

5) RESULTADOS

5.1) ANÁLISE DESCRITIVA

Visando atender as hipóteses apresentadas neste trabalho, a presente seção busca, através da construção de células de proporção de desempregados a partir da combinação entre grupos etários e grupos educacionais, extrair evidências do comportamento aparente do desemprego jovem para nove regiões metropolitanas no Brasil.

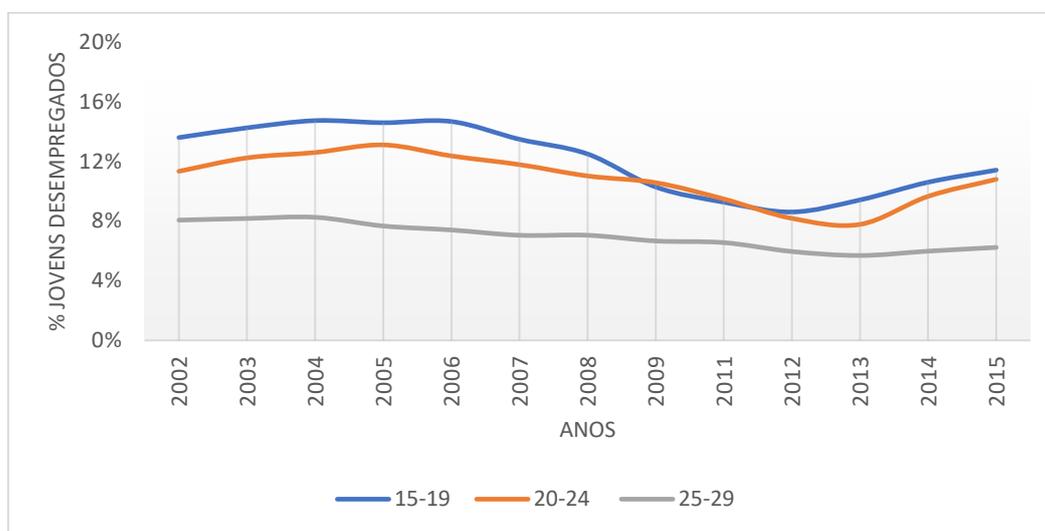
Para tal, o grupo de jovens foi desagregado em três grupos etários quinquenais - 15 a 19 anos, 20 a 24 anos e, por fim, 25 a 29 anos - e em três grupos educacionais - de 0 a 9 anos de estudo, correspondente ao Ensino Fundamental; de 10 a 12 anos, correspondente ao Ensino Médio e 13 anos ou mais de estudos como correspondente à Educação Superior. A construção das células parte do exercício de gerar a proporção de jovens desempregados segundo todas as combinações possíveis entre as duas estratificações delimitadas. Ou seja, a razão entre o número de jovens de 15-19 anos pertencentes ao nível mais baixo de educação estratificado em situação de desemprego e a quantidade de jovens de 15 a 19 anos com o nível mais baixo de educação estratificado se configura como a primeira célula da análise. As demais combinações - 15 a 19 anos com ensino médio, 15 a 19 anos com ensino superior, 20 a 24 anos com ensino fundamental e assim por diante - completam a matriz de proporção de desempregados.

Os jovens foram categorizados entre ocupados e desocupados segundo a variável “Condição na ocupação no ano” e posteriormente o grupo dos desocupados foi dividido entre os grupos etários e educacionais com base nas variáveis idade e anos de estudo, respectivamente. As análises são apresentadas segundo os três grupos educacionais estratificados.

Para a primeira estratificação de escolaridade, apresentada no Gráfico 1, é possível notar uma tendência declinante na proporção de jovens desempregados para os 3 grupos etários analisados. A maior inclinação observada é a do grupo de 15-19 anos. Segundo os antecedentes observados na literatura espera-se que essa maior inclinação seja fruto de uma redução no tamanho das coortes de jovens de 15-19 anos. Como esse grupo etário se apresenta como o mais próximo do período recente espera-se que este tenha experimentado o fenômeno do *baby bust* de uma forma mais intensa em relação ao demais grupo, justificando assim a tendência mais pronunciada de queda. Tal fato também justifica a menor inclinação do terceiro grupo etário, jovens de 25-29 anos.

Visto que os três grupos apontaram tendência declinante, especula-se que a redução na proporção de jovens com escolaridade correspondente ao menor nível estratificado nesse trabalho, Ensino Fundamental, seja responsável pela redução na competição entre este grupo de escolaridade favorecendo a absorção no mercado de trabalho. Espera-se que a metodologia de decomposição corrobora com essa especulação.

Gráfico 1 - Proporção de jovens (%) de escolaridade correspondente ao Ensino Fundamental desempregados segundo três estratificações etárias.⁴ – Regiões Metropolitanas do Brasil – 2001 a 2015, exceto 2010.



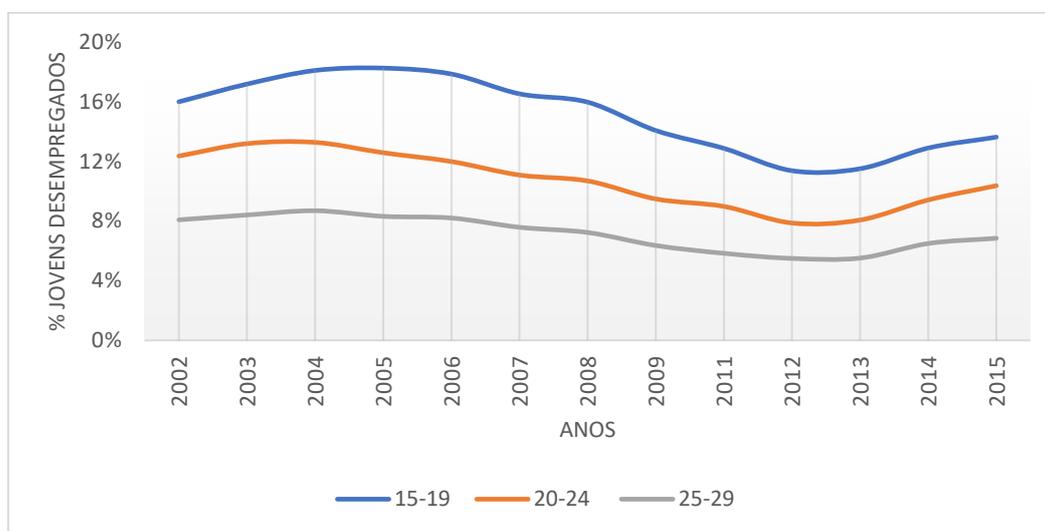
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios – PNAD. 2001 a 2015, exceto 2010, 9 Regiões Metropolitanas agrupadas.

Os jovens com escolaridade correspondente ao Ensino Médio, apresentados no gráfico 2, são aqueles que apresentam os maiores níveis de proporção de desempregados. Mesmo que este trabalho não se proponha a avaliar os níveis, é válido ressaltar o comportamento constante do diferencial de nível nesse grupo de instrução. Assim como para o grupo correspondente ao Ensino Fundamental, é possível observar uma tendência de queda na proporção de jovens desempregados. Porém, a tendência ascendente no final do período analisado chama atenção nas curvas.

Especula-se que o período de declínio seja fruto do andamento das transições etárias e educacionais nas Regiões Metropolitanas no país. Apesar de as diferenças em inclinações serem menores que as observadas para o Ensino Fundamental, o grupo de 15-19 anos ainda apresenta inclinação maior que os demais grupos. Quanto à transição educacional, espera-se que a redução na proporção de jovens de 15 a 29 anos com tal escolaridade corrobore com a redução da competição. No que diz respeito a ascendência da curva especula-se que crises econômicas e questões relacionadas a instabilidade do mercado de trabalho brasileiro neste período sejam os responsáveis por tal tendência.

⁴ Todos os gráficos com a proporção de desempregados foram suavizados segundo aplicação de média móvel a fim de facilitar a análise das tendências.

Gráficos 2 - Proporção de jovens (%) de escolaridade correspondente ao Ensino Médio desempregados segundo três estratificações etárias. – Regiões Metropolitanas do Brasil – 2001 a 2015, exceto 2010.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios – PNAD. 2001 a 2015, exceto 2010, 9 Regiões Metropolitanas agrupadas.

Segundo Baltar (2015) a economia brasileira reativou o mercado de trabalho entre 2004 e 2008 favorecido pelo contexto internacional, especialmente melhorando os termos de troca do comércio externo brasileiro. Porém, a crise mundial alterou o cenário nacional ao passo que interrompeu esse padrão observado aumentando a concorrência internacional, refletindo nos indicadores de mercado de trabalho.

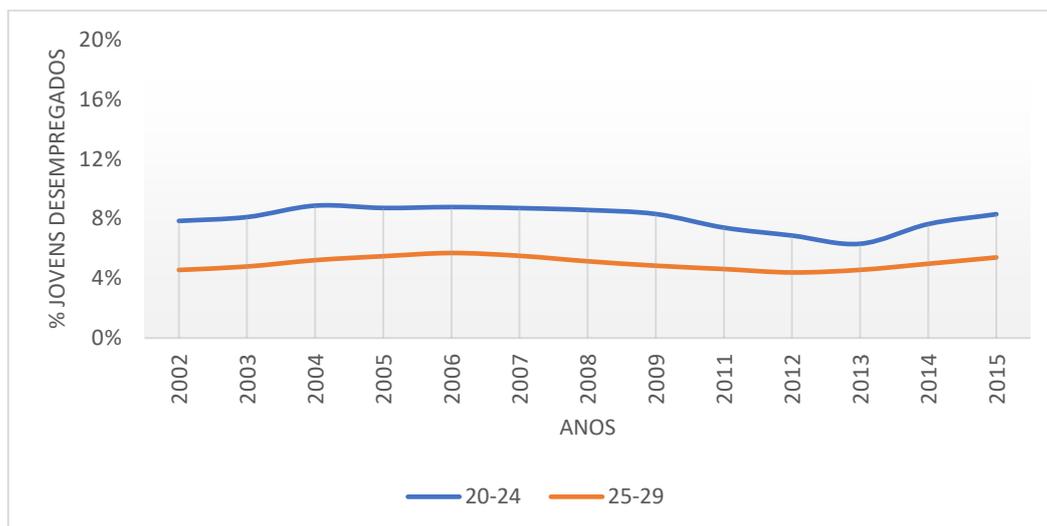
O que diferencia esse grupo do grupo anterior é o nível do desemprego. Tal comportamento é condizente com o padrão de inserção jovem no mercado de trabalho⁵. Muitos jovens decidem iniciar sua vida laboral após cumprimento da etapa escolar relativa ao Ensino Médio, logo, é esperado que os níveis de desemprego sejam expressivamente maiores devido ao diferencial de competitividade

Tanto para esta estratificação educacional quanto para a estratificação correspondente ao Ensino Fundamental o nível do desemprego é menor para os jovens de 25-29 anos, corroborando com a discussão de Flori (2003) de que o desemprego cai com a idade devido ao tempo de experiência adquirido em outros empregos.

⁵ De acordo com Souza et al (2012) a conclusão do Ensino Médio potencializa a obtenção de melhores colocações no mercado de trabalho para os jovens brasileiros. A taxa de retorno dessa etapa ainda é elevada, chegando a 60% de acordo com Tavares e Menezes-Filho (2008).

Já para o último grupo de escolaridade apresentado no gráfico 3, os jovens com Ensino Superior, as tendências se diferem daquelas observadas para os demais grupos. Ambas as estratificações etárias apresentam ligeira estabilidade na proporção de jovens desempregados além de, também, serem penalizadas pela ascendência da curva no final do período analisado. Ou seja, o aumento no número de jovens com tal escolaridade pode ter sido um fator impulsionador no aumento da proporção de jovens dessa escolaridade desempregados. Especula-se que, mesmo a transição etária caminhando para reduzir a competição, o fenômeno do *boom* da educação possa ter maior participação na definição dessa curva.

Gráficos 3 - Proporção de jovens (%) de escolaridade correspondente ao Ensino Superior desempregados segundo duas estratificações etárias.⁶ – Regiões Metropolitanas do Brasil – 2001 a 2015, exceto 2010.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios – PNAD. 2001 a 2015, exceto 2010, 9 Regiões Metropolitanas agrupadas.

Devido à sinalização positiva que a escolarização exerce no mercado de trabalho é esperado que o nível de desemprego entre os mais escolarizados seja proporcionalmente menor que o nível entre aqueles com menor escolaridade.

⁶ Uma vez que a terceira estratificação educacional compreende o ingresso no ensino superior e de acordo com o sistema educacional brasileiro é esperado que grande parte deste grupo não apresente idade compatível a esse nível, optou-se por omitir tal estratificação da análise.

5.2) DECOMPOSIÇÃO

Tabela 1 – Decomposição de curto e longo prazo – Escolaridade 1, Ensino Fundamental.

	Diferença na proporção de jovens desempregados (.1000)	Proporção da diferença atribuída à estrutura etária (%)	Proporção da diferença atribuída à estrutura educacional (%)	Proporção da diferença atribuída às proporções específicas (%)
Curto prazo	-15,08	9%	64%	27%
Longo Prazo	-28,24	1%	47%	52%

Fonte: PNAD (2001 a 2015, exceto 2010)

Analisando o primeiro grupo de escolaridade estratificado, correspondente ao Ensino Fundamental, a tabela 1 compara os resultados de longo e de curto prazo. A primeira coluna da tabela indica a diferença na proporção de jovens desempregados em relação aos dois períodos analisados, isto é, o curto prazo e o grupo de referência e o longo prazo e o grupo de referência. Ou seja, na primeira linha é a proporção de jovens desempregados para tal escolaridade de 2006-2009 menos a proporção de jovens desempregados de 2001-2005 e na segunda linha é a proporção de jovens desempregados para tal escolaridade de 2011-2015 menos a proporção de jovens desempregados de 2001-2005. A partir da segunda coluna têm-se os resultados da decomposição da diferença apresentada na primeira coluna, sendo a segunda coluna a porcentagem da diferença atribuída às variações em estrutura etária para os dois períodos temporais, a terceira coluna a porcentagem atribuída às diferenças em estrutura educacional para os dois tempos e a quarta coluna a porcentagem da variação referente aos diferenciais em proporções específicas também para os dois conjuntos de tempo analisados.

Assim como esperado, as diferenças de curto e longo prazo são negativas, indicando a redução na proporção de jovens desempregados ao longo do tempo, sendo essa redução maior em magnitude no longo prazo. Os três componentes da decomposição atuam de forma a corroborar com o resultado da diferença, ou seja, as alterações em estrutura etária, estrutura educacional e em diferenciais de conjuntura e estrutura econômica atuam de forma a reduzir a proporção de jovens desempregados. Porém, a participação desses componentes apresenta significativa diferença comparando o curto com o longo prazo. Enquanto no curto prazo o fator que, proporcionalmente, mais contribuiu para a queda na proporção de jovens desempregados foi a diferença em estrutura etária, no longo prazo foram os efeitos em proporções específicas que protagonizaram a queda.

No que diz respeito à transição etária, a redução na participação dos jovens de 15 a 19 anos e o aumento da participação dos jovens adultos – de 25 a 29 anos – na população jovem total das Regiões Metropolitanas Brasileiras fez com que a competição entre estes se reduzisse favorecendo a queda do desemprego. Apesar de, em proporção, a participação de esse componente ser marginal, os resultados evidenciam o potencial das alterações em estrutura etária.

A participação do componente das proporções específicas favoreceu ambas as estratificações temporais na determinação do desemprego jovem. No curto prazo, apesar de explicar apenas 27%, esse componente atendeu as especulações quanto ao desempenho favorável da economia. Porém, a longo prazo, tal componente não traduziu efeitos de crise econômica no país. Duas explicações são possíveis para tal resultado, a primeira gira em torno no desenho de pesquisa desse trabalho e a segunda a uma possível manutenção da dinâmica no mercado de trabalho brasileiro mesmo em tempos de crise. Quanto ao desenho da pesquisa, entende-se que o componente das proporções específicas funciona, neste trabalho, como uma espécie de controle às duas transições estudadas – etária e educacional – e por isso captam não apenas questões econômicas, mas também dinâmicas de regionais, discriminação no mercado de trabalho, estruturas produtivas entre outros. Quanto à manutenção da dinâmica, Amitrano (2013) afirma que entre 2003 e 2010 o mercado de trabalho brasileiro apresentou extremo vigor, porém, o biênio 2011-2012 e mesmo o ano de 2013 apresentaram baixas na expansão da atividade econômica do país porém, o autor aponta que esse baixo crescimento não reverteu a tendência da renda e do emprego que vinham sendo observadas no país. Baltar (2013) afirmou que as Regiões Metropolitanas mantiveram um bom desempenho no mercado de trabalho mesmo diante da inflação observada entre 2011 e 2012, desassociando seu desempenho do contexto internacional que enfrentava uma crise.

Para a segunda estratificação de escolaridade (tabela 2) o curto e o longo prazo apresentam características distintas marcantes. Enquanto no curto prazo há um aumento na proporção de jovens desempregados, o longo prazo apresenta uma queda significativa nessa proporção. Analisando a contribuição de cada componente da decomposição na determinação do sinal dessa diferença é possível perceber que, para o curto prazo, o aumento na proporção de jovens desempregados é mais que explicado pela diferença na estrutura educacional observada para os dois momentos analisados. Ou seja, no curto prazo, o aumento expressivo de jovens com escolaridade correspondente ao Ensino Médio foi responsável por aumentar a competição nesse

grupo de, conseqüentemente, aumentar a proporção de jovens desempregados. Ainda para esse recorte temporal, tem-se que os outros dois componentes da decomposição, estrutura etária e proporções específicas, atuaram de modo a reduzir a proporção de jovens desempregados, isto é, no caminho contrário ao componente educacional. Esses resultados corroboram com as hipóteses ao ponto que a estrutura etária reduz a competição entre os jovens a partir do fenômeno do *baby bust* e o período econômico correspondente ao longo prazo favorece a inserção e permanência dos jovens no mercado de trabalho.

No longo prazo, entretanto, a queda na proporção de jovens desempregados tem protagonismo de outro componente, o componente das proporções específicas. No caso do longo prazo, a redução na proporção de jovens desempregados é mais que explicada por movimentos positivos da estrutura e conjuntura econômica observada nos dois tempos nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. Apesar do protagonismo desse componente, os demais componentes permanecem correspondendo as suposições feitas anteriormente.

A diferença em estrutura etária corrobora marginalmente para a queda na proporção de desempregados nesse nível de escolaridade e a diferença em estrutura educacional caminha no sentido oposto, o sentido de aumentar a proporção de jovens desempregados ao passo que aumentou a competição dentro desse grupo educacional.

Tabela 2 – Decomposição de curto e longo prazo – Escolaridade 2, Ensino Médio.

Resultados da decomposição de curto prazo (2001-2005 e 2006-2009) e longo prazo (2001-2005 e 2011-2015) da proporção de jovens desempregados nas Regiões Metropolitanas do Brasil - Ensino Médio				
	Diferença na proporção de jovens desempregados (.1000)	Proporção da diferença atribuída à estrutura etária (%)	Proporção da diferença atribuída à estrutura educacional (%)	Proporção da diferença atribuída às proporções específicas (%)
Curto prazo	1,47	-53%	493%	-341%
Longo Prazo	-7,32	9%	-120%	211%

Fonte: PNAD (2001 a 2015, exceto 2010)

Para essa estratificação educacional as diferenças de resultado e de protagonismo dos componentes diferencia o longo e o curto prazo, porém, é possível perceber a continuidade das duas transições estudadas – transição etária e educacional – na determinação da proporção de jovens desempregados nas Regiões Metropolitanas do Brasil.

Tabela 3 – Decomposição de curto e longo prazo – Escolaridade 2, Ensino Superior.

Resultados da decomposição de curto prazo (2001-2005 e 2006-2009) e longo prazo (2001-2005 e 2011-2015) da proporção de jovens desempregados nas Regiões Metropolitanas do Brasil - Ensino Superior				
	Diferença na proporção de jovens desempregados (.1000)	Proporção da diferença atribuída à estrutura etária (%)	Proporção da diferença atribuída à estrutura educacional (%)	Proporção da diferença atribuída às proporções específicas (%)
Curto prazo	2,53	6%	81%	13%
Longo Prazo	3,14	-2%	118%	-17%

Fonte: PNAD (2001 a 2015, exceto 2010)

Na última estratificação educacional as tendências observadas na análise descritiva dos dados se confirmam. É possível observar uma elevação na proporção de jovens desse nível de escolaridade para os dois períodos analisados, curto e longo prazo, sugerindo um aumento da competição entre estes. Apesar da diferença entre as magnitudes, tanto para o longo quanto para o curto prazo o componente que responde por grande parte da variação observada é o componente educacionais. Ou seja, as variações positivas observadas na estrutura educacional dos períodos analisados fizeram com que a proporção de jovens desempregados crescesse através do aumento da competição dentro desse grupo educacional.

No curto prazo os três componentes corroboram para o aumento na proporção de jovens desempregados. Nesse caso, o efeito da estrutura etária não é o efeito esperado.

Os resultados mostram que o *boom* da educação permitiu um significativo crescimento relativo do grupo de jovens com escolaridade competível com alguma etapa do Ensino Superior. Dessa forma, tendo como guia os diferenciais em competição, o aumento de jovens pertencentes á esse grupo de escolaridade estaria, diretamente, relacionado com a maior dificuldade destes de absorção no mercado de trabalho.

No longo prazo os efeitos das proporções específicas já atuam de forma favorável a queda na proporção de jovens desempregados, indicando uma possível adequação da absorção desse grupo educacional no mercado de trabalho. O que destaca nesse grupo educacional é a permanência do protagonismo das diferenças em estrutura educacional no longo prazo, com esse componente mais que explicando a variação explicada. Esse fato reforça a intensidade da transição educacional no crescimento da proporção de jovens com escolaridade correspondente ao Ensino Superior a influência do *boom* da educação na relativa piora do indicador de desemprego analisado nesse trabalho.

CONCLUSÃO

Este trabalho se propôs a investigar o comportamento de um fenômeno que assola as populações pertencentes tanto a países desenvolvidos quanto a países em desenvolvimento: o desemprego jovem. A discussão dos determinantes potenciais do desemprego jovem contemplou áreas de escopo demográfico, econômico, sociológico, institucional e estrutural, reforçando a heterogeneidade do fenômeno estudado e identificando seus iminentes diferenciais, como por exemplo, os diferenciais por grupos etários e educacionais.

Quanto a relação entre a redução da participação relativa dos jovens na população e a melhora gradativa dos indicadores de mercado de trabalho, pode-se dizer que foi possível observar uma resposta positiva das variações em estrutura etária nos indicadores de mercado de trabalho, em especial o desemprego das Regiões Metropolitanas Brasileiras. Essa observação situa o Brasil na discussão de caráter demográfico do mercado de trabalho ao passo que evidencia os potenciais efeitos provenientes da estrutura etária na continuidade da transição etária no país. A aplicação da metodologia de decomposição permitiu a visualização e materialização desse efeito a partir do isolamento do fator estrutura etária. Tanto para as decomposições de curto prazo quanto para as de longo prazo a estrutura etária correspondeu positivamente à hipótese feita, reforçando uma contribuição favorável à queda da proporção de desempregados para todos os grupos educacionais analisados.

Quanto a transição educacional, o trabalho aponta para a existência de um diferencial de comportamento do desemprego jovem segundo os grupos de escolaridade. Os resultados relativos à aplicação do método de decomposição reforçaram a significativa importância do *boom* educacional para as populações estudadas neste trabalho, fazendo com que esse componente apresentasse significativo protagonismo na determinação dos diferenciais em proporção de desempregados. O aumento da competição para o grupo mais escolarizado e a redução desta para os grupos de menor instrução formal influenciaram o comportamento do desemprego ao passo que aumentou a proporção de desempregados para os primeiros e reduziu para o grupo de menor escolaridade. Além de operarem nos sentidos favoráveis ou contrários aos estímulos de variação de oferta de mão de obra no mercado de trabalho, os diferenciais em estrutura educacional ainda apresentaram papel principal na determinação das diferenças, isto é, em alguns casos analisados as variações educacionais mais que explicaram as diferenças observadas entre as proporções de desempregados, mitigando a participação relativa dos demais componentes da decomposição.

As proporções específicas de desempregados por grupos educacionais mostraram comportamentos distintos entre os grupos educacionais e as divisões temporais. Esse componente variou atuando para reduzir a proporção de desempregados nos grupos de escolaridade correspondente ao Ensino Fundamental e Médio, indicando uma situação favorável no mercado de trabalho à absorção de jovens nessa etapa de qualificação. Porém, atuou de forma negativa para os jovens do Ensino Superior.

Por fim, trabalho se configura como uma importante contribuição para situar o Brasil na discussão da influência das transições etárias e educacionais na determinação de indicadores do mercado de trabalho. Além disso, reforça a continuidade das transições e dá destaque para a transição educacional na nova organização do mercado de trabalho local e sua característica multifacetada.

Referências:

- Amaral, E; Hamermesh, D; Potter, J; Rios-Neto, E. (2007). Demographic change and the structure of wages: a demand-theoretic analysis for Brazil. NBER Working Paper Series.
- Amitrano, C. (2013). Considerações sobre o mercado de trabalho no Brasil. In: Corrêa, Vanesa Petrelli. Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Baltar, P. (2013). Crescimento da Economia e Mercado de Trabalho no Brasil. Campinas, Ipea/IE - Unicamp, Campinas, SP, Brasil.
- Bercovich, A; Massé, G. (2004). Descontinuidades demográficas, onda jovem e mercado de trabalho: uma comparação entre Brasil e Argentina. Trabalho apresentado no I Congresso da ALAP. Caxambu, MG, Brasil.
- Biagi, F, Lucifora, C. (2005). Demographic and Education Effects on Unemployment in Europe: Economic Factors and Labour Market Institutions. IZA Discussion Papers, n° 1806, Institute for the Study of Labor.
- Boockmann, B; Steriner, V. (2002). Cohort Effects and the Returns to Education in West Germany, ZEW Discussion Paper, 0-5.
- Das Gupta, P. (1994). Standardisation and decomposing of rates: A user's manual. U.S Bureau of the Census, Current Population reports, 23-186, U.S Government Printing Office.
- Easterlin, R. (1980). Birth and Fortune: the impact of numbers on personal fortune. New York.
- Flori, P.M (2003). Desemprego de jovens: um estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho juvenil brasileiro. 2003. 77 f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Garcia, M; Araújo, E; Araújo, E; Faustino, I. (2012) A Condição do Jovem no Mercado de Trabalho Brasileiro: Uma Análise Comparativa entre o Emprego e o Primeiro Emprego (1999-2009). *Revista Economia*. 13(3), 481–506.

Kitagawa, E. (1955). Components of a difference between two rates.

Lam D. (2014). Youth bulges and youth unemployment. *IZA World of Labor*.

Letelier, M.E. (1999). Escolaridade e inserção no mercado de trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, nº 107.

Letelier, M.E (1999). Escolaridade e inserção no mercado de trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, nº 107

Lima, M. (2006). A atual crise social e os jovens da região metropolitana de São Paulo: desemprego, violência e hip hop. Dissertação de Mestrado em Economia Social e do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Marteletto, L; Carvalhaes, F; Hubert, C. (2012). Desigualdades de oportunidades educacionais dos adolescentes no Brasil e no México. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 26(2).

Menezes Filho, N. (2001). A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho.

Mincer, J. (1991). Human Capital, Technology and the Wage Structure: What do Time Series Show? NBER WP 3581. *Studies in Human Capital*, Sldershot.

Muniz, J. (2002). Efeitos das discontinuidades demográficas sobre o mercado de trabalho dos jovens: uma análise temporal utilizando-se painéis metropolitanos agrupados. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

O'higgins, N. (2001). Youth unemployment and employment policy: A global perspective. Oxford University.

Schutz, T. (1973). O capital humano: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar.

Shavit, Y; Muller, W. (1998). From school to work: a comparative study of educational qualifications and occupational destinations. Oxford: Clarendon Press.

Souza, A; Ponczek, V; Oliva, B; Tavares, P. (2012). Fatores associados ao fluxo escolar no ingresso e ao longo do ensino médio no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Brasília, 42(1).

Tavares, P; Menezes-Filho, N. (2008). O papel do capital humano na trajetória da desigualdade de salários no Brasil no período de 1981 a 2006. Meeting of the brazilian econometric society, 30. Anais, Salvador, BA, Brasil.

Welch, F. (1979). Effects of cohort size on earnings: the baby boom babies' financial bust *Journal of Political Economy*, 87(5).